

CAPÍTULO 4. AS PERCEPÇÕES INCONSCIENTES E A PSICOLOGIA

Evitando, por via das percepções inconscientes, o absurdo da autoreferência da consciência e da vontade, dado que não podemos nos tornar conscientes daquilo de que já somos conscientes, nem podemos querer aquilo que já queremos, Leibniz também já não poderá assumir a autoreferência de um Eu consciente que se refira a si mesmo consciente. Por isso, ele efetuará uma importante distinção entre o Eu e a consciência, esclarecendo como realmente devemos compreender a função desses dois elementos no que diz respeito ao tema da identidade pessoal. Ao fim desta análise, veremos que o Eu também deve ser considerado como um dos elementos percebidos inconscientemente pelas almas humanas.

1. De acordo com Locke, a identidade da pessoa que sempre se reconhece a mesma em todas as modificações de pensamento pelas quais passa se fundamenta naquilo que chamamos **consciência**, pois pela identidade pessoal não se considera se o mesmo Eu permanece na mesma substância, anímica ou corporal; não podendo residir em qualquer substância o esteio desta identidade:

Filaleto - O termo *pessoa* implica um ser pensante e inteligente, capaz de razão e reflexão, que pode considerar-se a si mesmo como *o mesmo*, uma mesma coisa, que pensa em tempos e lugares diferentes (...). Não se considera neste caso se o mesmo eu é continuado na mesma substância ou em substâncias diversas; pois, visto que a consciência acompanha sempre o pensamento, e que é isso que faz com que cada um seja o que denomina ele *mesmo* (...) é também só nisto que consiste a identidade pessoal, ou seja, o que faz com que um ser racional seja sempre o mesmo; quão longe esta *consciência* pode estender-se sobre as ações ou sobre os pensamentos já passados, tão longe vai a identidade desta pessoa e o *eu* é agora o mesmo que era antes (NE, II.xxvii.§9, p.183).

2. Criticando o filósofo inglês, Leibniz afirmará que a identidade da pessoa que sempre se reconhece a mesma em todas as modificações de pensamento pelas quais passa não pode ter a consciência como fundamento, pois a consciência não poderia **conservar** a mesmidade da pessoa⁶⁵.

3. Para Leibniz, a mesmidade da pessoa é conservada pela substância anímica: “quanto ao homem, é conforme às normas da divina providência que a **alma**

⁶⁵ A assertiva de Leibniz não é exatamente essa, e nossa análise tentará mostrar a equivalência do que dissemos com o que de fato ele afirma nos *Novos Ensaios*: “Ao que parece [Locke], sustentais que essa identidade aparente poderia se conservar mesmo que não houvesse identidade real. (...) a identidade aparente à própria pessoa, que se sente a mesma, supõe a identidade real” (NE, II.xxvii.§9, p.183). Ou seja, a identidade pessoal (aparente) não pode se conservar sem o Eu (a identidade real): “o *eu* faz a identidade real” (NE, II.xxvii.§9, p.184).

consERVE também a identidade moral e aparente⁶⁶ conosco **mesmos**, para constituir a **mesma** pessoa, conseqüentemente capaz de sentir os castigos e as recompensas” (NE, II.xxvii.§9, p.183). Desta maneira, não é a consciência que fundamenta a identidade pessoal, mas a substância anímica.

4. Todavia, estreitando nossa análise, podemos dizer que não é exatamente a substância anímica que fundamenta a identidade pessoal (ou aparente). O que fundamenta esta identidade é aquilo que na própria substância anímica é a razão de sua *identidade real*, a saber: o **Eu**.

De acordo com Leibniz, o Eu é aquilo que constitui a **identidade real** da alma: “O *eu* faz a identidade real” (NE, II.xxvii.§9, p.184), pois é ele que articula e liga todos os seus diferentes estados, i.e., todas as suas percepções, ou pensamentos: “aquilo que é chamado Eu, (...) é o fundamento de ligação de meus diferentes estados” (GP, II, *Remarks on Arnauld's...*, p.43)⁶⁷; e “Esta continuação ou ligação de percepção constitui o **mesmo indivíduo realmente**” (NE, II.xxvii.§14, p.186).

5. Desta maneira, o Eu é aquilo que constitui a mesmidade conservada pela substância anímica na identidade pessoal, e permanece como o mesmo em todas as modificações de pensamento a que a alma está sujeita. Segue-se disso que a identidade pessoal (aparente) não pode ser conservada sem a identidade real (o Eu): “Ao que parece [Locke], sustentais que essa identidade aparente poderia se conservar mesmo que não houvesse identidade real. (...) a identidade aparente à própria pessoa, que se sente a mesma, supõe a identidade real” (NE, II.xxvii.§9, p.183).

6. Retomando as considerações acerca da consciência, vimos que, para Leibniz, não é ela que conserva a mesmidade da pessoa (o Eu); é a alma que faz isso. Todavia, é a consciência que **prova** essa mesmidade para a pessoa, quando a identidade real (o Eu) lhe **aparece** (*aparência do Eu*) de maneira íntima e imediata, constituindo o **sentimento imediato do Eu** para a pessoa: “a conscienciosidade [*conscienciosité*], ou, o sentimento do eu, prova uma identidade moral ou pessoal” (NE, II.xxvii.§9, p.183); “a identidade (...) pessoal se prova com a maior certeza possível em matéria de fato; pela reflexão presente e imediata” (NE, II.xxvii.§9, p.183)⁶⁸.

⁶⁶ Identidade aparente é o mesmo que identidade pessoal.

⁶⁷ Observação de Leibniz relativa à carta de Arnauld datada de 13 de maio de 1686.

⁶⁸ Leibniz, aqui, está se referindo estritamente à primeira verdade de fato: *Eu penso*. E a **prova**, disponibilizada pela consciência, deve ser compreendida como uma prova *a posteriori* e não-demonstrativa, pois as primeiras verdades de fato são verdades *a posteriori*, imediatas, intuitivas e indemonstráveis: “a apercepção imediata da nossa existência e dos nossos pensamentos nos fornece as primeiras verdades *a posteriori*, ou de fato, isto é, as *primeiras experiências*, como as proposições

7. Assim, a mesmidade na identidade pessoal é: conservada pela alma; garantida pelo Eu; e, provada pela consciência. E a pessoa se **reconhece** como a mesma, em cada modificação de pensamento a que está sujeita, porque o Eu lhe aparece como o mesmo (*aparência do Eu*), em cada uma dessas modificações, por meio da consciência.

Desta forma, Leibniz afirmará contra Locke que a identidade pessoal (aparente) supõe sempre: i. a identidade real, i.e., o Eu, em cada *passagem*, ou modificação de pensamento; e, ii. que esta identidade real, o Eu, seja acompanhada da consciência, ou sentimento imediato deste Eu⁶⁹:

Ao que parece [Locke], sustentais que essa identidade aparente poderia se conservar mesmo que não houvesse identidade real. Acredito que isso poderia talvez acontecer pelo poder absoluto de Deus, mas segundo a ordem natural das coisas, a identidade aparente à própria pessoa, que se sente a mesma, supõe [i.] a identidade real a cada *passagem próxima* [ii.] acompanhada de reflexão ou de sentimento do *eu*: visto que uma percepção íntima e imediata não pode enganar naturalmente (NE, II.xxvii.§9, p.183).

8. Conseqüentemente, conclui Leibniz, é conveniente distinguirmos entre o Eu e a consciência, pois, enquanto o primeiro constitui a identidade real da alma, o segundo participa apenas da identidade aparente, ou pessoal, quando o Eu lhe aparece (*aparência do Eu*) imediatamente e como o mesmo: “No que concerne ao *eu*, convém distingui-lo da *aparência do eu* e da conscienciosidade [*conscienciosité*]. O *eu* faz a identidade real (...), e a *aparência do eu*, acompanhada de verdade⁷⁰, acrescenta-lhe a identidade pessoal” (NE, II.xxvii.§9, pp.183-4).

9. Para os fins a que nos propomos em nossa pesquisa, a principal conclusão que retiramos desta análise é que: a identidade real da alma não depende da consciência. Quer dizer, a ligação, ou conexão, dos diferentes estados da alma (*ligação de percepção*), proporcionada pelo fundamento desta identidade, o Eu, acontece por todo o tempo, mesmo quando não existe qualquer percepção. Por exemplo, mesmo quando não existe qualquer recordação: “não é a recordação que faz com que um

idênticas contêm as primeiras verdades *a priori*, ou de razão, isto é, *as primeiras luzes*. Umhas e outras são incapazes de serem demonstradas e podem ser denominadas *imediatas*”, (NE, IV.ix.§3, p.342).

⁶⁹ Essas mesmas duas condições valem para a identidade moral: “a alma inteligente, conhecedora do que é, e podendo dizer este Eu, que diz muito, não só permanece a mesma e metafisicamente subsiste mais do que as outras, como ainda permanece moralmente na mesma e constitui a mesma personagem. Pois é a recordação ou o conhecimento deste Eu que a torna susceptível de castigo ou recompensa” (DM, art.34, p.80).

⁷⁰ A expressão “acompanhada de verdade” se refere ao **sentimento imediato do Eu** (conscienciosidade), disponibilizado para a alma, pela consciência, quando o Eu lhe aparece (*aparência do Eu*): “já respondi que todo sentimento é a percepção de uma verdade, e que o sentimento natural é a percepção de uma verdade inata” (NE, I.ii.§4, p.74).

homem seja **o mesmo**” (NE, II.i.§12, p.90).

Com efeito, cumpre saber que cada alma conserva todas as impressões precedentes e não pode repartir-se (...): o futuro em cada substância tem uma perfeita conexão com o passado, é isto que perfaz a identidade do indivíduo. Todavia, a recordação não é necessária e nem mesmo sempre possível, devido à multidão das impressões presentes e passadas, que concorrem com os nossos pensamentos presentes (NE, II.i.§12, p.91).

Um ser imaterial ou espírito *não pode ser despojado* de toda percepção de sua existência passada. Ficam-lhe impressões de tudo o que lhe aconteceu, e terá pressentimentos de tudo aquilo que lhe acontecerá: todavia, esses sentimentos são o mais das vezes excessivamente insignificantes para serem distinguíveis e para que os percebamos, embora um dia talvez possam desenvolver-se. Esta continuação ou **ligação de percepção** constitui **o mesmo indivíduo realmente** (NE, II.xxvii.§14, p.186).

Assim, o Eu de que a alma toma consciência não se confunde com a própria consciência; tal como parece acontecer na concepção de Locke. E é exatamente por isso que ele pode ser apercebido pela alma, pois, como vimos, a alma não pode tomar consciência daquilo de que já tem consciência.

Ora, se mesmo sem qualquer consciência a identidade real da alma é preservada, isso nos leva a concluir que esse Eu deve residir na alma de maneira inconsciente, como um tipo de objeto inato⁷¹, para que a consciência possa acessá-lo sem incorrer na petição de princípio. Deste modo, o Eu também deve ser considerado como um dos elementos percebidos inconscientemente pelas almas humanas, quando não existe apercepção.

⁷¹ Isso parece se confirmar pela carta que Leibniz escreve à rainha Charlotte, da Prússia, em 1702, e que já tivemos a oportunidade de analisar no Cap.2, Parte I, desta Dissertação. Nesta carta, como vimos, Leibniz afirma que o Eu, tal como o restante das idéias inatas do entendimento puro, é aplicado (adicionado), pela alma, aos nossos pensamentos atuais. Logo, aparentando ser, também, um objeto inato do entendimento: “O pensamento de meu próprio Eu [*myself*], de quem percebe objetos sensíveis, e o pensamento de minha ação que resulta disso, **adiciona** alguma coisa aos objetos dos sentidos. Pensar alguma cor e considerar que Eu a estou pensando são dois pensamentos muito diferentes, tanto quanto a cor ela mesma difere do ‘Eu’ que a pensa” (GP, VI, *Letter to Queen Sophie*, p.502).